

QUEM CONTROLA A CIÊNCIA ABERTA? CRITÉRIOS DE JUSTIÇA INFORMACIONAL PARA (RE)PENSAR REVISTAS CIENTÍFICAS

Gabriela Garibaldi da Cruz

Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) | g.garibaldi.cruz@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0002-0655-2335>

Priscila Machado Borges Sena

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict); Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) | priscilasena@ibict.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5612-4315>

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva

Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) | franciele.garces@unir.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>

DOI: 10.22477/xiv.biredial.376

EJE TEMÁTICO: *Comunicación académica, científica y cultural en abierto*

RESUMEN

Este trabajo aborda las asimetrías informativas presentes en los procesos editoriales de las revistas científicas, cuestionando si la Ciencia Abierta, por sí sola, garantiza prácticas inclusivas y socialmente justas. Se investiga cómo verificar la presencia de los principios de Justicia Informacional en revistas científicas que adoptan prácticas de Ciencia Abierta. La relevancia del estudio radica en la necesidad de enfrentar las desigualdades informativas y ampliar los compromisos éticos en la comunicación científica, reconociendo que el acceso abierto no equivale necesariamente a la democratización del conocimiento. El objetivo es establecer criterios para comprobar la presencia de los principios de Justicia Informacional en revistas científicas con prácticas de ciencia abierta, registradas en el Directorio Miguilim, iniciativa del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (Ibict). Se trata de una investigación exploratoria, con un enfoque cualitativo-cuantitativo y un estudio bibliográfico. Utiliza como referencias teóricas los Principios de Justicia Informacional y los Pilares de la Ciencia Abierta. Como instrumento de análisis, se elaboró un conjunto de criterios que permite evaluar las políticas editoriales, las prácticas de acceso, la representatividad y la inclusión. Los resultados presentan una propuesta metodológica capaz de respaldar acciones editoriales más justas y enfrentar prácticas excluyentes, contribuyendo a replantear el papel de las revistas



científicas como herramientas para combatir la desinformación y promover la Justicia Informacional.

Palabras-clave: Justicia informacional. Ciencia abierta. Revistas científicas.

ABSTRACT

This paper addresses the informational asymmetries present in the editorial processes of scientific journals, questioning whether Open Science, by itself, guarantees inclusive and social just practices. It examines how to verify the presence of Informational Justice principles in scientific journals that adopt open science practices. The relevance of the study lies in the need to confront informational inequalities and expand ethical commitments in scientific communication, recognizing that open access does not necessarily equate to the democratization of knowledge. The objective is to establish criteria to verify the presence of Informational Justice principles in scientific journals with open science practices, registered in the Miguilim Directory, an initiative of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Ibict). This is an exploratory study with a qualitative-quantitative approach and a bibliographic review. It uses the Principles of Informational Justice and the Pillars of Open Science as theoretical references. As an analytical instrument, a set of criteria was developed to evaluate editorial policies, access practices, representativeness, and inclusion. The results present a methodological proposal capable of supporting fairer editorial actions and addressing exclusionary practices, contributing to rethinking the role of scientific journals as tools to combat disinformation and promote Informational Justice.

Keywords: Informational Justice. Open Science. Scientific Journals.

INTRODUÇÃO

A Justiça Informacional é um conceito multifacetado que se refere à relação das pessoas com a informação, abordando três dimensões fundamentais: o direito de buscar, de ser fonte e de ser representado de maneira justa nos fluxos informacionais (Nagenborg, 2009; Mathiesen, 2015). Ela articula princípios de justiça distributiva, participativa e de reconhecimento, dialogando com os desafios sociais contemporâneos relacionados ao acesso, produção e representação da informação.

No contexto das práticas científicas, a Ciência Aberta constitui um ecossistema que integra movimentos voltados à democratização do conhecimento científico, ampliando a acessibilidade, a colaboração e a transparência dos processos de criação e disseminação da ciência (Unesco, 2021; Silveira *et al.*, 2023). Trata-se de um compromisso ético e político com o acesso equitativo à informação, a partir de práticas abertas, inclusivas e sustentáveis.

As revistas científicas desempenham papel estratégico na comunicação da ciência e, conseqüentemente, podem reforçar ou combater desigualdades informacionais. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), ao lançar em 2023 o Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras (Miguilim)¹, contribui para o fortalecimento de práticas editoriais orientadas pelos pilares da Ciência Aberta no Brasil, promovendo maior transparência, visibilidade e acesso ao conhecimento.

¹ Disponível em: <https://miguilim.ibict.br/>.



Diante dos conceitos apresentados, indagamos: como verificar a presença dos princípios da Justiça Informacional em revistas científicas com práticas de Ciência Aberta no Diretório Miguilim? Essa indagação implica também questionar quem detém o controle sobre as práticas e decisões editoriais no ecossistema da Ciência Aberta e como isso pode reproduzir desigualdades informacionais. Para responder a este questionamento, buscamos estabelecer critérios para a checagem da presença dos princípios da Justiça Informacional em revistas científicas com práticas de Ciência Aberta, cadastradas no Diretório Miguilim.

A proposta se insere nos esforços contemporâneos de promoção de ambientes informacionais mais justos e equitativos, destacando a importância de práticas editoriais que respeitem a diversidade de saberes, linguagens, contextos sociais e realidades culturais. Nesse sentido, dialoga com a 14ª Conferência Internacional BIREDIAL-ISTEC, que tem como tema “La desinformación: un nuevo desafío para la Ciencia Abierta”. Ao articular critérios de Justiça Informacional com os pilares da Ciência Aberta, esta contribuição reforça o compromisso ético com a diversidade, a equidade, a inovação e a sustentabilidade, além de responder ao chamado do evento para enfrentar a desinformação e fortalecer a comunicação científica aberta na América Latina.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Compreendemos que esta é uma pesquisa de natureza exploratória, definida como um estudo preliminar com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer (Piovesan & Temporini, 1995). E de abordagem quali-quantitativa com cunho bibliográfico, por ser realizada a partir de registros pré-existentes de pesquisas anteriores, em formato de livros, artigos, teses etc. Utiliza, assim, dados e categorias teóricas previamente registradas por outros pesquisadores (Severino, 2016).

Desse modo, a partir dos Princípios da Justiça Informacional definidos por Garcês-da-Silva, Garcez, Silva, Fevrier e Alves (2022, 2023) e dos Pilares da Ciência Aberta de Silveira *et al.* (2023), estabelecemos um conjunto de critérios que permitirão a análise qualitativa das revistas científicas com práticas de Ciência Aberta, cadastradas no Diretório Miguilim.

PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA INFORMACIONAL E PILARES DA CIÊNCIA ABERTA

A injustiça informacional refere-se à falta acesso justo à informação por parte de todas as pessoas. No campo da Ciência da Informação, o olhar sobre as injustiças informacionais está atrelado, dentre outros enfoques, à restrição ou cobrança pelo acesso à informação, marcada pelos altos custos de taxas e licenças de tecnologias e softwares que condicionam o uso remoto e digital de conteúdos informacionais. Sob a ótica da economia da informação, Butcher (2009) destaca que as leis de propriedade intelectual, muitas vezes, protegem interesses



financeiros de organizações que lucram controlando o acesso à informação, desconsiderando os direitos dos usuários. Esse cenário cria uma lacuna informacional entre pessoas ricas e pobres em informação, nas quais os primeiros detêm o domínio e o controle do uso e do acesso às informações, estabelecendo uma oligarquia informacional que reproduz desigualdades sociais, culturais e econômicas (Butcher, 2009). A injustiça informacional também se expressa na ausência de condições adequadas de fornecimento de informação (Colquitt, 2001), afetando especialmente grupos em situação de vulnerabilidade, como as populações de origem africana no Brasil, que historicamente enfrentam barreiras de acesso digno à informação (Silva; Garcez; Fevrier; Alves, 2022). Emerge, assim, a necessidade de estudos e práticas no campo biblioteconômico-informacional orientados ao enfrentamento dessas desigualdades.

Embora os estudos internacionais sobre Justiça Informacional sejam anteriores, no Brasil, especificamente na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), o termo justiça informacional surgiu em 2021, no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), no trabalho de Silva, Garcez, Fevrier, Romeiro e Alves (2021). Destaca-se, contudo, que o debate sobre o direito à informação precede o uso do referido termo. Desde então, a concepção de Justiça Informacional foi se desenvolvendo no país, orientando-se para garantir o acesso justo à informação, independentemente de pertença étnico-racial, classe social, gênero, orientação sexual ou localização geográfica, conforme previsto na Constituição. Este trabalho assume a Justiça Informacional como estrutura de justiça social que subsidia os profissionais das áreas da informação a reconhecerem e enfrentarem desigualdades em serviços e produtos informacionais (Silva, Garcez, Fevrier & Alves, 2022). Os princípios da Justiça Informacional (Quadro 1) visam orientar epistemologicamente e metodologicamente as práticas de profissionais da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (Silva *et al.*, 2021, 2022, 2023).

Quadro 1 – Princípios da Justiça Informacional

Princípios da Justiça Informacional	Descrição
<i>Princípio 1</i>	Utilizamos da Justiça Informacional para o combate às injustiças sociais, econômicas, políticas, educacionais, representacionais etc., bem como para capacitar e emancipar comunidades vulneráveis em informação.
<i>Princípio 2</i>	Conscientes da dualidade ricos em informação versus pobres em informação, repudiamos as lógicas capitalistas de manutenção de poder e comércio sobre a informação, as quais promovem o acesso desigual à informação por parte de grupos geopoliticamente situados e classificados pelos marcadores étnico-raciais, de classe, de gênero, de credo e culturais.
<i>Princípio 3</i>	Acreditamos que a Justiça Informacional se concretizará com a atuação e formação bibliotecárias críticas e conscientes da existência e operacionalização de sistemas de opressão, exclusão e desigualdades de populações em situação de vulnerabilidades.



Princípios da Justiça Informacional	Descrição
<i>Princípio 4</i>	Entendemos que ao projetarmos produtos, programas e serviços em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a orientação em Justiça Social nos cobra ciência das injustiças sociais e informacionais embutidas em sistemas institucionais, organizações culturais, bibliotecas e unidades de informação.
<i>Princípio 5</i>	Enfocamos a justiça distributiva, de reconhecimento e participativa para estabelecer estruturas comuns de distribuição, recepção e comunicação da informação, na qual as pessoas integrantes das sociedades interagem entre si como pares, sem hierarquias ou castas que as separem, visando criar sociedades social e racialmente justas.
<i>Princípio 6</i>	Entendemos que o direito de acesso à informação, assim como o direito à privacidade, a segurança e a confidencialidade da informação como direitos humanos.
<i>Princípio 7</i>	Advogamos em prol das licenças e softwares de acesso aberto das tecnologias da informação e comunicação como uma das formas de atender à Justiça Informacional.
<i>Princípio 8</i>	Compreendemos que a educação para a informação, voltada para o desenvolvimento da Competência em Informação para Justiça Social são fundamentais para que os sujeitos possam identificar e compreender suas necessidades informacionais, mobilizar conhecimentos prévios e utilizar diferentes meios para localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações que necessitem de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, atendendo suas demandas, seus direitos e deveres e para o pleno exercício da cidadania e transformação social.

Fonte: Adaptado de Silva; Garcez; Silva; Fevrier; Alves (2022; 2023).

Sendo assim, a Justiça Informacional enquanto promotora do acesso justo à informação, se origina de um desdobramento da justiça social, e sua conceituação enquanto Justiça Informacional foi feita por diferentes autores, em diferentes localizações do globo e em períodos distintos.

A Ciência Aberta representa um compromisso com a democratização do conhecimento científico e para isso se baseia em dez pilares expostos na Figura 1:

Figura 2 – Pilares da Ciência Aberta

Acesso Aberto (<i>open access</i>)
Dados Aberto (<i>open data</i>)
Pesquisa Aberta Reprodutível (<i>reproducible open research</i>)
Avaliação Aberta e Responsável da Ciência (<i>open and responsible assessment of science</i>)
Política, Declarações, Diretrizes e Orientações Ciência Aberta (<i>open science policy, declarations, guidelines and guidelines</i>)
Educação Aberta (<i>open education</i>)
Inovação Aberta (<i>open innovation</i>)
Infraestruturas e Ferramentas Científicas Abertas (<i>open scientific infrastructures and tools</i>)
Ciência Cidadã Aberta e Participativa (<i>open and participatory citizen science</i>)
Diálogo Aberto com outros Sistemas de Conhecimento (<i>open dialogue with other knowledge systems</i>)

Fonte: Autoria (2024) com base em Silveira *et al.* (2023).

Como um movimento focado em tornar a ciência mais aberta, acessível, eficiente, transparente e benéfica para todas as pessoas, a Ciência Aberta é um mecanismo eficaz para promover a Justiça Informacional em suas multifacetadas: (1) pessoas como buscadoras de informação, (2) pessoas como fontes de informação e (3) pessoas como sujeitos informacionais. Isso porque, a informação pode ser um instrumento de reparação de danos epistêmicos, históricos e sociais sofridos por grupos minoritários ou excluídos.

Acreditamos que a Justiça Informacional e Ciência Aberta são movimentos orientadores em direção ao acesso equitativo e justo à informação. Consideremos isso, pois a Ciência Aberta promove um diálogo entre a produção científica e a sociedade, tornando-a acessível a todos, não apenas aos acadêmicos, valorizando e reconhecendo o processo científico e seus sujeitos contribuintes, bem como o processo e a construção dos processos metodológicos e dos dados (Sena, 2023). Logo, na próxima seção apontamos o conjunto de critérios que vislumbramos para a checagem da presença dos princípios da Justiça Informacional em revistas científicas com práticas de Ciência Aberta, cadastradas no Diretório Miguilim.

PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA INFORMACIONAL E PILARES DA CIÊNCIA ABERTA

Conforme exposto nas seções anteriores, os critérios estabelecidos no Quadro 2 foram obtidos a partir da leitura e compreensão dos Princípios da Justiça Social e dos Pilares da Ciência Aberta.

Quadro 2 – Critérios de avaliação da presença da Justiça Informacional em revistas científicas com práticas de Ciência Aberta

Princípios	Critérios
P1	<ul style="list-style-type: none"> a) dispor de políticas que combatam as injustiças sociais e informacionais (ex: acessibilidade, artigos gravados em áudio etc.) b) disponibilizar recursos informacionais para acesso equitativo, para possibilitar o acesso de pessoas com deficiência (artigos em áudio, vídeo em libras ou aplicativo ou extensão de tradução do texto para libras, como o aplicativo Hand Talk ou VLibras); c) possibilitar o acesso às comunidades vulneráveis em informação à publicação científica (documento PDF, documento <i>epub</i>, audiovisual) d) navegação pelo site do periódico por voz (para pessoas com limitações nos movimentos das mãos e braços ou que não possuam esses membros) e busca estratégica (avançada ou simples) por voz e) incentivar a participação de graduandos e profissionais sem título de doutores ou mestres; f) incentivar a publicação em idiomas como idiomas e línguas de povos indígenas e outras comunidades tradicionais g) possuir publicações em temas diversos que representam os grupos sociais e realidades existentes em sua amplitude e pluralidade (análise de números publicados em 2023 e verificar se há diversificação de abordagens e temas sociais, étnico-raciais, de gênero etc.); h) publicar artigos que não sejam somente acadêmicos, mas também oriundos de experiências de trabalho, e de epistemologias diversas.
P2	<ul style="list-style-type: none"> a) não cobrar taxas de acesso à revista e seus artigos (acesso aberto e livre); b) possuir Política de Ciência Aberta.
P3	<ul style="list-style-type: none"> a) possuir políticas ou diretrizes para autorias e pessoas bibliotecárias contra uso de termos preconceituosos ou ofensivos; b) orientar os leitores e os incentiva a desenvolverem uma postura crítica quanto ao conteúdo lido na revista; c) possuir avaliação por pares; d) disponibilizar para acesso um manual de instrução ou tutorial em vídeo sobre submissão e uso do periódico.
P4	<ul style="list-style-type: none"> a) possuir políticas voltadas para o reconhecimento e dissolução de práticas ou posicionamentos injustos (social e informacionalmente); b) dispor de uma equipe editorial com equidade de homens e mulheres; c) diversidade de instituições, e pesquisadores e pesquisadoras de diversos grupos étnico-raciais no comitê científico (avaliadores ad hoc), a partir da análise da lista disponível no periódico); d) apresentar diversificado número de pesquisadores e pesquisadoras vinculadas a universidades.



Princípios	Critérios
P5	<ul style="list-style-type: none"> a) estimular a conduta ética das pessoas autoras, via Política; b) empregar políticas de transparência da pesquisa, incentivando os autores a serem transparentes nos processos e resultados da produção científica. Ex: divulgação dos dados de pesquisa para reuso; c) não impor obrigatoriedade de que um dos autores possua título de doutor, impedindo a participação de graduados e mestres.
P6	<ul style="list-style-type: none"> a) dispor de políticas para atender ao direito de acesso à informação de todos os cidadãos e usuários; b) possibilitar às pessoas participação como avaliadoras e autoras; c) política de privacidade para autores, revisores e leitores, para que esses tenham seus dados seguros; d) confidencialidade da identidade dos revisores e editores da revisão por pares; e) ser transparente em seus processos científicos e editoriais, incluindo a revisão por pares, com justificativas nítidas para as decisões editoriais.
P7	<ul style="list-style-type: none"> a) utilizar de software de código aberto e código-fonte; b) possuir licença <i>creative commons</i> sem fins lucrativos; c) dispor de política de dados de pesquisa abertos; d) atender aos pilares da Ciência Aberta: acesso aberto; dados abertos; pesquisa aberta reprodutível; avaliação aberta e responsável da ciência; política, declarações, diretrizes e orientações Ciência Aberta; educação aberta; inovação aberta; infraestruturas e ferramentas científicas abertas; ciência cidadã aberta e participativa; diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento; e) cumprir com os valores centrais e princípios da Ciência Aberta: i. qualidade e integridade; ii. benefício coletivo; iii. equidade e justiça; iv. Diversidade e inclusão; v. transparência; vi. igualdade de oportunidades; responsabilidade (dos autores e do público leitor); vii. Colaboração, participação e inclusão; viii. Flexibilidade e; ix. Sustentabilidade.
P8	<ul style="list-style-type: none"> a) sistema de busca e recuperação de uso intuitivo ou com instruções prévias, descritas em linguagem legível a todos os usuários, independente de nível de escolaridade; b) oferecer oportunidade de comunicação e de feedback para as pessoas leitoras e pessoas autoras; c) aceitar sugestões de temas para dossiês e publicações, visando atender às necessidades da comunidade.

Fonte: Autoria (2024) com base em Garcês-da-Silva, Garcez, Silva, Fevrier e Alves (2021, 2022; 2023).

É possível verificar critérios objetivos para a checagem da presença de cada princípio da Justiça Informacional nas revistas científicas registradas no Diretório Miguilim, no sentido de facilitar a obtenção de melhores práticas a serem replicadas e escaladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, articulando os princípios da Justiça Informacional e os pilares da Ciência Aberta, estabelecemos um conjunto de critérios capazes de orientar práticas editoriais mais éticas, inclusivas e socialmente responsáveis. Ao propor tais critérios avaliativos, buscamos re-



pensar quem controla a Ciência Aberta e ampliar as possibilidades de práticas editoriais mais democráticas e socialmente justas.

Compreendemos que esses critérios representam um avanço metodológico para a Ciência Aberta, oferecendo subsídios concretos para editores, bibliotecários e gestores de ciência aprimorarem suas políticas editoriais. Promovem maior transparência e equidade na comunicação científica, potencializando o papel das revistas como ferramentas de transformação social e combate à desinformação.

Esperamos que esta proposta contribua para ambientes informacionais mais justos, equitativos e representativos, fortalecendo a Ciência Aberta enquanto compromisso ético e político com a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade, além de apoiar a identificação e disseminação de melhores práticas editoriais para um ecossistema científico mais inovador e resiliente.

BIBLIOGRAFIA

Butcher, M. P. (2009). At the foundations of information justice. *Ethics and Information Technology*, 11(1), 57–69. <https://doi.org/10.1007/S10676-009-9181-2>.

Colquitt, J. A. (2001). On the dimensionality of organizational justice: A construct validation of a measure. *Journal of Applied Psychology*, 86(3), 386–400. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.86.3.386>.

Garcês-da-Silva, F. C., Garcez, D. C., Fevrier, P. R., & Alves, A. P. M. (2023). Princípios da Justiça informacional. In I. F. Lima & M. A. Moura (Orgs.), *Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades*. Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota.

Garcês-da-Silva, F. C., Garcez, D. C., Romeiro, N. L., Fevrier, P. R., & Alves, A. P. M. (2021). Justiça Para Quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 21. ANCIB; IBICT. <https://www.researchgate.net/publication/358128586>.

Garcês-da-Silva, F. C., Garcez, D. C., Fevrier, P. R., & Alves, A. P. M. (2022). Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. In *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*, 22. IBICT-UFRJ.

Mathiesen, K. (2015). *Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services*. *Social Justice in Library and Information Science and Services*, 64(2), 198–225. <https://ssrn.com/abstract=2937417>.

Nagenborg, M. (2009). Designing spheres of informational justice. *Ethics and Information Technology*, 11, 175–179. <https://doi.org/10.1007/s10676-009-9200-3>.



Piovesan, A., & Temporini, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, 29, 318–325. <https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?lang=pt>.

Sena, P. M. B. (2023). Justiça informacional em ciência, tecnologia e inovação no Brasil: reflexões e ações necessárias em ciência da informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 24(2), 19–1. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.E93046>.

Severino, A. J. (2016). Metodologia do trabalho científico (24. ed., rev. e atual.). Cortez.

Silveira, L. da, Ribeiro, N. C., Santos, S. R. de O., Silva, F. M. de A., Silva, F. C. C. da, Caregnato, S. E., Oliveira, A. C. S. de, Oliveira, D. O., Garcia, J. C. R., & Araújo, R. F. (2021). Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 26, 1–27. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79646>.

Silveira, L. da, Ribeiro, N. C., Melero, R., Campos, A. M., Piraquive, D. F., Tirado, A. U., Sena, P. M. B., Cortés, J. P., Santillán-Aldana, J., Silva, F. C. C. da., Araújo, R. F., Betancourt, A. M. E., & Fachin, J. (2023). Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 28, 1–22. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91712>.

UNESCO. (2021). *Recommendation on Open Science*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949.locale=en>.

ANEXO 1

RESUMEN BIOGRÁFICO DE LOS AUTORES

Gabriela Garibaldi da Cruz

Mestra em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia com Hab. em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Tem como área de atuação as Ciências Sociais e Aplicadas, especialmente a Biblioteconomia e Gestão da Informação. Experiência na área de Ciência da Informação, com interesse voltado para os seguintes temas: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Repositórios Digitais; com foco em revistas científicas com práticas de Ciência Aberta (CA) e em Justiça Informacional; inovação aberta; ciência aberta.

Priscila Machado Borges Sena

Doutora e Mestra em Ciência Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Mato Grosso/Rondonópolis (UFMT). É Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict); Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/Ibict); Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC); Coordenadora Nacional (Ibict) da Rede Brasileira de Repositórios Digitais (RBRD) e; Diretora Regional Sul (Gestão 2023-2026) da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). Experiência na área de Ciência da Informação, com interesse voltado para os seguintes temas: Ciência Aberta e Justiça Informacional; Inovação Aberta e Ecossistemas de Inovação; Informação Especializada para Inovações Tecnológicas; Práticas Inovadoras em Bibliotecas e Unidades de Informação; Diversidade, Decolonialidade e Justiça Epistêmica.

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Bibliotecária negra - CRB-11/1236. Professora Adjunta no Departamento Acadêmico de Ciência da Informação (DACI), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). Pesquisadora no projeto Editora IBICT do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Brasília (IBICT). Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora associada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e à Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB). É idealizadora e gerente do projeto social Quilombo Intelectual. Idealizadora e coordenadora do Selo Editorial Nyota em conjunto com Nathália Romeiro desde 2018. Coordenadora do Grupo de Trabalho Relações Étnico-raciais e Decolonialidades (GT RERAD-FEBAB). É vice-coordenadora do do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI) e compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (OS.sat).

ANEXO 2

REQUERIMIENTOS DE EQUIPO TÉCNICO PARA LA PRESENTACIÓN DE LA PONENCIA

Indicar si se requiere alguno de los siguientes equipos: **computadora, proyector**, parlantes, software, conexión a Internet, traducción simultánea, mesas, etc.